



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO
QUADRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRECTIVA E
DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE**

REF: UAQT2017025

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



Índice

CAPÍTULO I - Disposições gerais	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	17
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	17
Artigo 4.º Agrupamentos	17
Capítulo II – Peças do Procedimento	17
Artigo 5.º Disponibilização das Peças de Procedimento.....	17
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações	18
Artigo 7.º Erros e Omissões do caderno de encargos.....	19
Capítulo III - Propostas	20
Artigo 8.º Documentos que integram a proposta.....	20
Artigo 9.º Formulário “Anexo A”	21
Artigo 10.º Prazo e modo de entrega das propostas.....	21
Artigo 11.º Propostas variantes	22
Artigo 12.º Prazo de manutenção de propostas.....	22
Artigo 13.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	22
Capítulo IV - Análise das propostas.....	22
Artigo 14.º Análise das propostas.....	22
Artigo 15.º Esclarecimento sobre as Propostas	22
Artigo 16.º Motivos de exclusão das propostas.....	23
Artigo 17.º Relatório preliminar.....	23
Artigo 18.º Audiência prévia	23
Artigo 19.º Relatório final	23
Capítulo V - Adjudicação	24
Artigo 20.º Critério de adjudicação.....	24
Artigo 21.º Decisão e Adjudicação	25



Capítulo VI - Habilitação.....	25
Artigo 22.º Documentos de Habilitação	25
Artigo 23.º Causas de não adjudicação.....	26
Capítulo VII - Contratos	26
Artigo 24.º Aceitação da Minuta do Contrato	26
Artigo 25.º Reclamações da Minuta	26
Artigo 26.º Outorga do Contrato	26
Artigo 27.º Despesas e Encargos.....	27
Capítulo VIII - Disposições finais	27
Artigo 28.º Entrada em vigor e divulgação dos Acordos Quadro	27
Artigo 29.º Prazos	27
Artigo 30.º Modalidade jurídica do agrupamento de selecionados	27
Artigo 31.º Falsidade de Documentos e de Declarações	27
Artigo 32.º Legislação Aplicável	27



CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso

1. O Acordo Quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os prestadores de serviços e a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.).
2. O presente concurso é designado como “Concurso público com publicação no JOUE para a celebração de Acordo Quadro para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações”.
3. O presente concurso tem por objeto a seleção de cocontratantes para o Acordo Quadro para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações, caracterizando-se da seguinte forma:
 - a) Categoria I: serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Desmontagem, Remontagem, Transporte e Acondicionamento de Mobiliário de Escritório e Equipamentos
por recurso:
 - Lote 1 – Região Norte
 - Lote 2 – Região Centro
 - Lote 3 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 4 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 5 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 6 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 7 – Nacionalchave na mão:
 - Lote 8 – Região Norte
 - Lote 9 – Região Centro
 - Lote 10 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 11 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 12 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 13 – Região Autónoma dos Açores

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159



- Lote 14 – Nacional
- b) Categoria II - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Coberturas
- por recurso:
- Lote 15 – Região Norte
 - Lote 16 – Região Centro
 - Lote 17 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 18 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 19 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 20 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 21 – Nacional
- chave na mão:
- Lote 22 – Região Norte
 - Lote 23 – Região Centro
 - Lote 24 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 25 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 26 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 27 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 28 – Nacional
- c) Categoria III – serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Impermeabilizações:
- Por Recurso:
- Lote 29 – Região Norte
 - Lote 30 – Região Centro
 - Lote 31 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 32 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 33 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 34 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 35 – Nacional
- chave na mão:
- Lote 36 – Região Norte
 - Lote 37 – Região Centro



- Lote 38 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 39 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 40 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 41 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 42 – Nacional

d) Categoria III – serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de rede de esgotos

Por recurso:

- Lote 43 – Região Norte
- Lote 44 – Região Centro
- Lote 45 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 46 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 47 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 48 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 49 – Nacional

chave na mão:

- Lote 50 – Região Norte
- Lote 51 – Região Centro
- Lote 52 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 53 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 54 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 55 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 56 – Nacional

e) Categoria IV – serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de rede de Águas

Por recurso:

- Lote 57 – Região Norte
- Lote 58 – Região Centro
- Lote 59 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 60 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 61 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 62 – Região Autónoma dos Açores

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159



- Lote 63 – Nacional

chave na mão:

- Lote 64 – Região Norte
- Lote 65 – Região Centro
- Lote 66 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 67 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 68 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 69 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 70 – Nacional

f) Categoria V - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Pintura

Por recurso:

- Lote 71 – Região Norte
- Lote 72 – Região Centro
- Lote 73 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 74 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 75 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 76 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 77 – Nacional

chave na mão:

- Lote 78 – Região Norte
- Lote 79 – Região Centro
- Lote 80 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 81 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 82 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 83 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 84 – Nacional

g) Categoria VI - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Paredes

Por recurso:

- Lote 85 – Região Norte
- Lote 86 – Região Centro
- Lote 87 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 88 – Região do Alentejo e Algarve



- Lote 89 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 90 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 91 – Nacional

chave na mão:

- Lote 92 – Região Norte
- Lote 93 – Região Centro
- Lote 94 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 95 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 96 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 97 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 98 – Nacional

h) Categoria VII - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Carpintaria

Por recurso:

- Lote 99 – Região Norte
- Lote 100 – Região Centro
- Lote 101 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 102 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 103 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 104 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 105 – Nacional

chave na mão:

- Lote 106 – Região Norte
- Lote 107 – Região Centro
- Lote 108 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 109 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 110 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 111 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 112 – Nacional

i) Categoria VIII - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Pavimentos e revestimentos

- Lote 113 – Região Norte

- Lote 114 – Região Centro
- Lote 115 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 116 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 117 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 118 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 119 – Nacional

chave na mão:

- Lote 120 – Região Norte
- Lote 121 – Região Centro
- Lote 122 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 123 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 124 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 125 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 126 – Nacional

j) Categoria IX - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Caixilharia

- Lote 127 – Região Norte
- Lote 128 – Região Centro
- Lote 129 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 130 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 131 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 132 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 133 – Nacional

chave na mão:

- Lote 134 – Região Norte
- Lote 135 – Região Centro
- Lote 136 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 137 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 138 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 139 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 140 – Nacional



k) Categoria X - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Serralharia

Por recurso:

- Lote 141 – Região Norte
- Lote 142 – Região Centro
- Lote 143 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 144 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 145 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 146 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 147 – Nacional

chave na mão:

- Lote 148 – Região Norte
- Lote 149 – Região Centro
- Lote 150 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 151 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 152 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 153 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 154 – Nacional

l) Categoria XI - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Fachadas

Por recurso:

- Lote 155 – Região Norte
- Lote 156 – Região Centro
- Lote 157 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 158 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 159 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 160 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 161 – Nacional

chave na mão:

- Lote 161 – Região Norte
- Lote 162 – Região Centro
- Lote 163 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 164 – Região do Alentejo e Algarve



- Lote 165 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 166 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 167 – Nacional

m) Categoria XII - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Eletricidade

Por recurso:

- Lote 168 – Região Norte
- Lote 169 – Região Centro
- Lote 170 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 171 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 172 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 173 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 174 – Nacional

chave na mão:

- Lote 175 – Região Norte
- Lote 176 – Região Centro
- Lote 177 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 178 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 179 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 180 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 181 – Nacional

n) Categoria XIII - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Climatização e Ventilação - Fornecimento e Montagem AVAC (ar condicionado)

Por recurso:

- Lote 182 – Região Norte
- Lote 183 – Região Centro
- Lote 184 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Lote 185 – Região do Alentejo e Algarve
- Lote 186 – Região Autónoma da Madeira
- Lote 187 – Região Autónoma dos Açores
- Lote 188 – Nacional

chave na mão:



- Lote 189 – Região Norte
 - Lote 190 – Região Centro
 - Lote 191 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 192 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 193 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 194 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 195 – Nacional
- o) Categoria XIV - serviços de manutenção preventiva, corretiva e de conservação das instalações de Agregado de todas as categorias
- Por recurso:
- Lote 196 – Região Norte
 - Lote 197 – Região Centro
 - Lote 198 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 199 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 200 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 201 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 202 – Nacional
- chave na mão:
- Lote 203 – Região Norte
 - Lote 204 – Região Centro
 - Lote 205 – Região de Lisboa e Vale do Tejo
 - Lote 206 – Região do Alentejo e Algarve
 - Lote 207 – Região Autónoma da Madeira
 - Lote 208 – Região Autónoma dos Açores
 - Lote 209 – Nacional

Artigo 2.º Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., abreviadamente designada por SPMS, com sede na Avenida da República, n.º 61, 1050-189 Lisboa, com o telefone 213 305 075 e telefax 210 048 159 e com o endereço eletrónico compras.transversais@spms.min-saude.pt.



Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da SPMS, na sua reunião de 29 de dezembro de 2017.

Artigo 4.º Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser simultaneamente concorrentes no presente procedimento, nem integrar outro agrupamento de concorrentes.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Capítulo II – Peças do Procedimento

Artigo 5.º Disponibilização das Peças de Procedimento

As Peças de Procedimento estarão disponíveis através da Plataforma Eletrónica Vortal, acessível através do sítio eletrónico www.comprasnaude.pt.

Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do Concurso designado pelo órgão que tomou a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos mencionados no número anterior e demais pedidos devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao Júri do Concurso, através da plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt.
3. Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, pelo Júri do Concurso, até ao termo do segundo terço do



- prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
 5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
 6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.os 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
 7. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além dos prazos estabelecidos para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
 8. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
 9. Por pedido fundamentado de qualquer interessado que venha a concorrer ao presente procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
 10. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

Artigo 7.º Erros e Omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica



- www.comprasnasaude.pt, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, nos termos previstos no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados e que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
 3. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizadas através da plataforma eletrónica www.comprasnasaude.pt, pela entidade adjudicante, sendo todos os interessados imediatamente notificados daquele facto.
 4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
 5. A decisão prevista no número anterior é publicitada na plataforma eletrónica www.comprasnasaude.pt e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados do facto.

Capítulo III - Propostas

Artigo 8.º Documentos que integram a proposta

1. A proposta deve ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** ao presente programa de concurso.



- b) Formulário “Anexo A”, melhor identificado no artigo seguinte, onde o concorrente deverá indicar os preços propostos;
 - c) Documento justificativo de preço anormalmente baixo, se aplicável.
 - d) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento concorrente.
 - e) Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, quando disponibilizado junto às peças de procedimento.
 - f) Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou do cartão do cidadão, data de início de atividade e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva e número de matrícula na conservatória do registo comercial, data de início de atividade, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social e nomes dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem.
2. Os documentos previstos no número anterior devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de outros documentos em língua estrangeira, desde que acompanhados de respetiva tradução legalmente certificada.
 3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no n.º 1 do presente artigo, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser junto à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º Formulário “Anexo A”

1. O formulário “Anexo A” é parte integrante da proposta e está disponibilizado no sítio da internet: www.catalogo.min-saude.pt.
2. Para preenchimento do Anexo A, o concorrente deverá estar registado no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, o qual se conclui através de atribuição de *login* e *password* de acesso ao Cat@logo, sendo o registo gratuito, devendo, contudo, efetuá-lo até 5 dias antes do termo do prazo de entrega das propostas.
3. O formulário “Anexo A” é de preenchimento obrigatório *online*.
4. No formulário “Anexo A”, o concorrente deve:
 - a) Inscrever o preço unitário líquido dos bens que integram cada lote a que concorre, o qual



constitui o único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos. Deve apenas ser indicado um único preço; e

- b) Preencher os campos relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a SPMS, pretende que o concorrente se vincule.
5. Uma vez encriptado e submetido no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, é gerado um ficheiro em formato *pdf*, o qual deverá ser anexado na plataforma eletrónica da **Compras na Saúde**.
6. O ficheiro *pdf* referido no n.º 5 da presente Artigo deverá ser assinado digitalmente, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, e submetido na plataforma eletrónica da **Compras na Saúde**.
7. Encontra-se disponível no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, no “Menu Informações”, um documento de ajuda ao seu preenchimento.
8. Após a publicação da lista de concorrentes, o concorrente deve enviar à SPMS a chave de encriptação do catálogo através do endereço eletrónico: compras.transversais@spms.min-saude.pt.

Artigo 10.º Prazo e modo de entrega das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em suporte eletrónico, nos termos e modelos definidos no procedimento criado na plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt.
2. As propostas deverão ser enviadas através da referida plataforma, nos termos do n.º1 do art.º 62.º do CCP, até às 18:00 do dia 07 de fevereiro de 2018.
3. O prazo referido no número anterior pode, a pedido das entidades interessadas, e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 11.º Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 12.º Prazo de manutenção de propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 120 dias.

Artigo 13.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159



1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Capítulo IV - Análise das propostas

Artigo 14.º Análise das propostas

As propostas são analisadas e ordenadas, de acordo com o critério de adjudicação definido no artigo 20.º do programa de concurso.

Artigo 15.º Esclarecimento sobre as Propostas

1. O Júri do Concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 16.º Motivos de exclusão das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 146º do CCP.

Artigo 17.º Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri do Concurso elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação fixado no presente programa de concurso.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri do Concurso também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72º do CCP.

Artigo 18.º Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 19.º Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do Concurso elaborará um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, de acordo com o artigo 146.º do CCP.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.



Capítulo V - Adjudicação

Artigo 20.º Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o do mais baixo preço, sendo a adjudicação efetuada por lote.
2. O preço proposto deve ser apresentado por lote.
3. O preço proposto ponderado (PP) é obtido através das seguintes ponderações:

$$PP = \sum_{i=1}^n Pu_i \times Pp_i / 100$$

PP -> Preço proposto – valor hora homem

Pu_i -> Preço Unitário por fator

Pp_i -> Peso Parcial por fator (pontos)

4. A análise dos preços apresentado por cada concorrente, é traduzida de acordo com as seguintes expressões matemáticas:

$$PF = \left(\frac{PSmáx - PP}{PSmáx - PSmin} * 100 \right)$$

Sendo que:

- PP -> Preço proposto ponderado
 - PF -> Pontuação Final
 - PSmáx -> Pontuação máxima atribuível para o preço de referência mínimo (0,01 €) – 100 pontos
 - PSmin -> Pontuação mínima atribuível para o preço de referência máximo – 0 pontos
5. As propostas com preços inferiores ao valor mínimo admitido (0,01€) serão excluídas.
 6. Para efeitos de comparabilidade e ordenação das propostas é utilizado na fórmula o seguinte preço de referência máximo valor hora homem, aplicável a todas as categorias/lotes, 15(quinze) euros.
 7. Os preços devem ser apresentados em euros com apenas duas casas decimais.
 8. Em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar

presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

9. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 3 (três) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

Artigo 21.º Decisão e Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 77.º do CCP;
 - b) Confirmar no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada

Capítulo VI - Habilitação

Artigo 22.º Documentos de Habilitação

No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da decisão referida no artigo anterior, o adjudicatário deve, através da plataforma eletrónica www.comprasnasaude.pt, apresentar:

- a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conforme Anexo II ao presente programa de concurso;
- b) Documentos de habilitação referidos na alínea b) do nº 1 do artigo 81.º do CCP;
- c) Alvará ou do título de registo sendo apenas relevante as categorias e as subcategorias, independentemente das respetivas classes, em conformidade com o n.º3 do art.253º do CCP.
- d) Quando a lei exigir aos concorrentes a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o fornecimento objeto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo do mesmo.

Artigo 23.º Causas de não adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no art.79º do CCP.



Capítulo VII - Contratos

Artigo 24.º Aceitação da Minuta do Contrato

A minuta de contrato é enviada ao adjudicatário, para aceitação, juntamente com a notificação de adjudicação.

Artigo 25.º Reclamações da Minuta

1. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato comunica ao reclamante a sua decisão.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi rejeitada.

Artigo 26.º Outorga do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Confirmados os compromissos por terceiras entidades, se for o caso.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e local da outorga do Contrato.

Artigo 27.º Despesas e Encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.



Capítulo VIII - Disposições finais

Artigo 28.º Entrada em vigor e divulgação dos Acordos Quadro

1. Os Acordos Quadro entram em vigor no dia seguinte ao da sua divulgação nos sítios da internet: www.catalogo.min-saude.pt e <http://spms.min-saude.pt/>.
2. A divulgação dos acordos quadro é feita pela SPMS através dos sítios da internet: www.catalogo.min-saude.pt e <http://spms.min-saude.pt/>.
1. Todas as alterações às condições iniciais dos contratos efetuadas através de aditamentos serão divulgadas nos sítios da internet: www.catalogo.min-saude.pt e <http://spms.min-saude.pt/>.

Artigo 29.º Prazos

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 30.º Modalidade jurídica do agrupamento de selecionados

Em caso de seleção, todos os membros do agrupamento selecionado, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Acordo Quadro, na modalidade de consórcio externo.

Artigo 31.º Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 32.º Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o previsto no CCP.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º]

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159



1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a. ...
 - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
 - f. Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;



- g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do Artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
 - h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
 - i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do Artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do Artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do Artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do Artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do Artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do Artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do Artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do Artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do Artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer



procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º